



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Identificação
Área de Avaliação: INTERDISCIPLINAR
Coordenador de Área: ARLINDO PHILIPPI JUNIOR
Coordenador-Adjunto de Área: PEDRO GERALDO PASCUTTI
Modalidade: Acadêmica

SUMÁRIO

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	01
I.1 - HISTÓRICO DA ÁREA	01
I.1.1 - COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	02
I.1.2 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	03
I.2 - INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA CAPES	05
I.3 - INTERDISCIPLINARIDADE COMO DESAFIO PARA O AVANÇO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	06
I.4 - DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS DA ÁREA INTERDISCIPLINAR	07
I.5 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	08
II - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O TRIÊNIO 2007-2009	09
III - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O QUALIS PERIÓDICOS, CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE LIVROS, QUALIS EVENTOS E CRITÉRIOS DE ESTRATIFICAÇÃO	10
III.1 - QUALIS PERIÓDICOS	10
III.2 – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO EM LIVROS	13
III.3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIS EVENTOS	20
IV - FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O TRIÊNIO 2007-2009	22
V - CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 E 7	28



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Este documento de área tem por objetivos centrais apresentar conceitos, critérios e diretrizes que norteiam o processo de avaliação adotado pela Coordenação de Área Interdisciplinar da CAPES - CAInter.

Grande parte do esforço da CAInter tem sido dedicado à discussão sobre a caracterização de propostas multi e interdisciplinares e o estabelecimento de referenciais e indicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos, a serem adotados no processo de avaliação. O documento reflete, portanto, o entendimento deste tema como processo dinâmico em contínua construção.

Nesta seção é apresentado breve histórico da CAInter – Coordenação de Área Interdisciplinar, anteriormente denominada CAM - Comissão de Área Multidisciplinar. Com a criação, em 2008, da Grande Área Multidisciplinar, a CAM passa a ser designada como CAInter. Os marcos conceituais, que procuram sustentar alguns dos balizamentos utilizados no processo de avaliação são apresentados na seção II. Na seqüência; a seção III apresenta os critérios de avaliação dos Programas de Pós-graduação da CAInter.

I.1 – HISTÓRICO DA ÁREA

A Área Multidisciplinar criada em 1999, passa a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, passando a compor a Grande Área Multidisciplinar.

Ao longo do tempo vem ocorrendo o amadurecimento nos procedimentos e instrumentos de avaliação dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares. Mesmo considerando a elevada taxa de não recomendação de novos cursos, a Área Interdisciplinar é aquela com o maior número de cursos reconhecidos. Isto demanda atenção especial dos consultores para que se busque uniformização na proposição e aplicação de procedimentos e critérios de avaliação.

Desde sua criação em 1999, a CAInter vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. Isto decorre provavelmente de dois fatores até certo ponto independentes, mas atuando simultaneamente. Em primeiro lugar, a existência da Área propiciou e induziu na Pós-Graduação brasileira a proposição de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos tratando de questões intrinsecamente interdisciplinares e complexas. Em segundo lugar, a comissão serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes, com estruturas de Pós-Graduação em fase de formação e consolidação, com dificuldades naturais de constituir densidade docente. Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-Graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino de mais alto nível, contribuindo para aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada nas várias regiões do território nacional.

Em função do expressivo número de cursos abrigados pela Área Interdisciplinar,



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

buscou-se organizar suas atividades de maneira a responder ao desafio imposto pelo seu porte, ao mesmo tempo em que se preservava a qualidade das avaliações. A solução encontrada, em 2006, que, de certo modo consolidou a prática de organização dos trabalhos que vinha ocorrendo desde 2004, foi a criação de quatro Câmaras Temáticas: CAInter I - Meio Ambiente & Agrárias; CAInter II - Sociais & Humanidades; CAInter III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e CAInter IV - Saúde & Biológicas.

Ao longo de sua existência, a Área realizou três avaliações trienais: 2001, 2003 e 2007. Relatório da Avaliação Trienal de 2007, correspondente aos anos base 2004-2005-2006, que possibilita uma visão abrangente, detalhada e transparente do processo adotado pela Área, está disponível na página da CAPES.

Vale ressaltar que na segunda e terceira edições da RECOPI - Reunião de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar, realizadas em abril de 2007 e novembro de 2008 em Brasília, com a participação de respectivamente 150 e 220 Coordenadores de Pós-Graduação da Área, foi empregada dinâmica semelhante àquela utilizada pela CAInter em suas atividades de avaliação, com reuniões no âmbito das Câmaras Temáticas, e reuniões plenárias envolvendo todos os participantes. A partir das RECOPI's, informações relevantes contribuíram para o estabelecimento dos critérios de avaliação apresentados neste Documento de Área.

I.1.1 - COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Coordenadores de Área

Coordenador	Instituição	Período
Luiz Bevilacqua	LNCC/MCT	1999-2003
Cláudio Sampaio	UNIFESP	2003-2004
Cláudio Habert	COPPE/UFRJ	2004-2005
Carlos Nobre	CPTEC/INPE	2005-2008
Arlindo Philippi Jr.	USP	2008-2011

Presidentes das Câmaras Temáticas (2006 – 2007)

Câmara Temática (CT)	Presidente	Instituição
CT I : Meio Ambiente & Agrárias	Waldir Mantovani	USP
CT II: Sociais & Humanidades	Daniel Hogan	UNICAMP
CT III: Engenharia, Tecnologia & Gestão	Augusto Galeão	LNCC
CT IV: Saúde & Biológicas	Pedro Pascutti	UFRJ



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Para o período 2008-2011 a composição da Coordenação de Área Interdisciplinar é:

Coordenador de Área	Instituição	Adjunto	Instituição
Arlindo Philippi Jr.	USP	Pedro Pascutti	UFRJ

Câmara Temática	Presidente	Instituição	Adjunto	Instituição
I Meio Ambiente & Agrárias	Maria do Carmo Sobral	UFPE	João E. de Lima	UFV
II Sociais & Humanidades	Margarete Axt	UFRGS	André T. Furtado	UNICAMP
III Engenharia, Tecnologia & Gestão	Augusto Galeão	LNCC	Antônio J. Silva Neto	UERJ
IV Saúde & Biológicas	Márcio F. Colombo	UNESP	Sonia Nair Bao	UnB

I.1.2 - EVOLUÇÃO DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Conforme mencionado, ao longo do triênio 2004-2006 a Área funcionou com quatro sub-grupos: I. Meio Ambiente e Agrárias; II. Sociais e Humanidades; III. Engenharia, Tecnologia e Gestão; e IV. Saúde e Biológicas, que, em 2006, deu origem às quatro Câmaras Temáticas homônimas aos sub-grupos. Em se tratando de programas multi e interdisciplinares, tal distribuição surgiu como resposta de caráter organizacional, e não conceitual, para facilitar a avaliação de expressivo número de programas de pós-graduação com elevada diversidade.

A evolução da área de avaliação pode ser observada nas figuras 1 a 4, onde é apresentada a distribuição dos Programas por Câmaras e por nota.

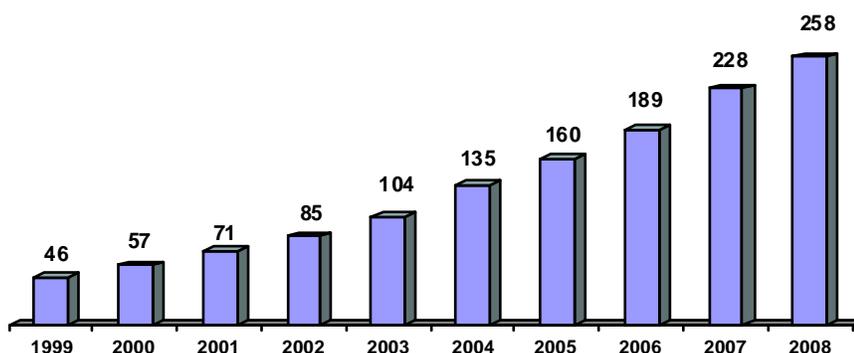


Figura 1 - Evolução do Número de Cursos de Pós-Graduação da CAInter credenciados pela CAPES.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

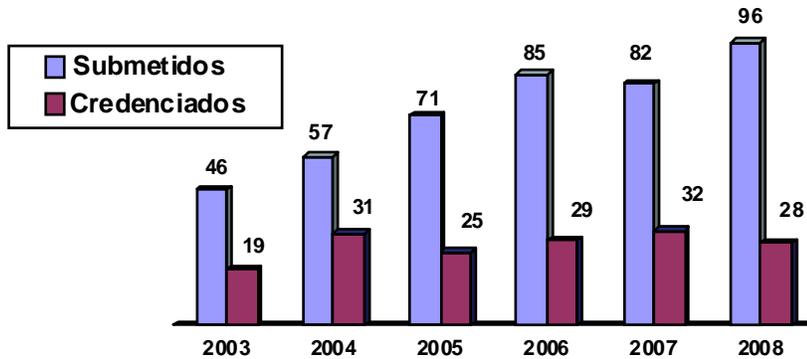


Figura 2 – Evolução Anual do Número de Cursos de Pós-Graduação Submetidos à CAInter e Credenciados pela CAPES.

Na Fig. 3 é apresentada a distribuição dos Cursos de Pós-Graduação da CAInter, por Câmara Temática, e na Fig. 4, por nota. As informações apresentadas são relativas à Avaliação Trienal 2007, refletindo os resultados do período 2004-2005-2006.

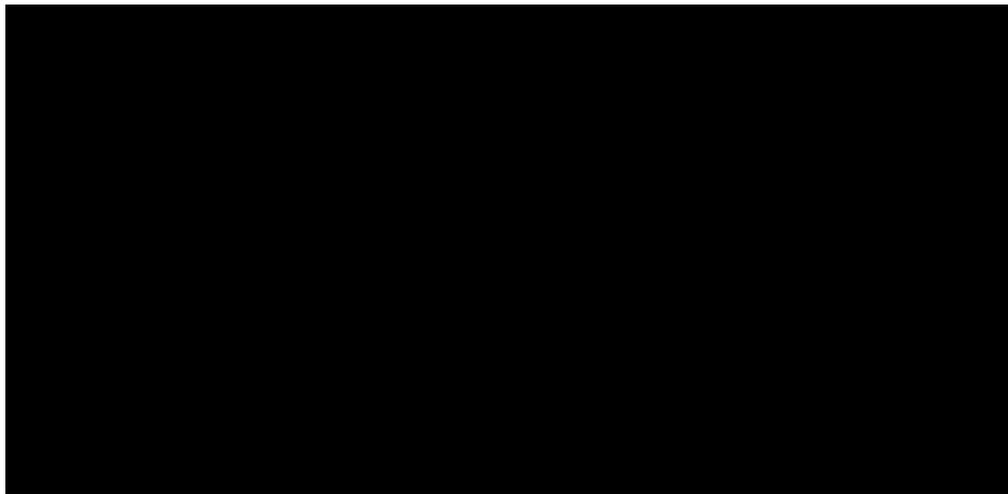


Figura 3 - Distribuição dos Cursos de Pós-Graduação da CAInter credenciados pela CAPES, por Câmara Temática na Avaliação Trienal de 2007.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

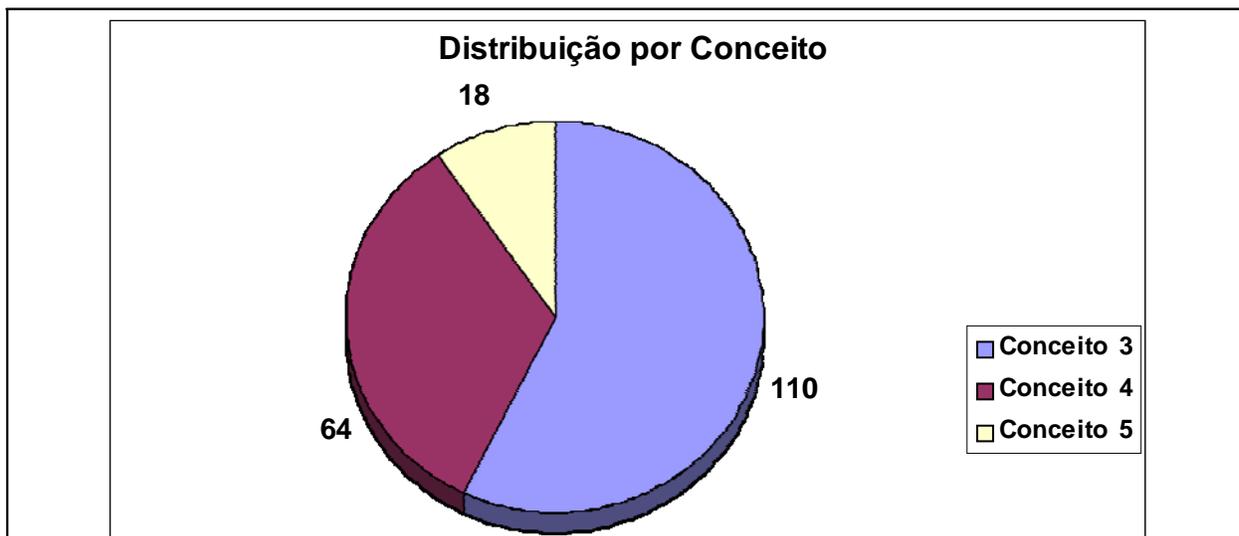


Figura 4 - Distribuição dos Cursos de Pós-Graduação da CAInter credenciados pela CAPES, por nota, na Avaliação Trienal de 2007.

I.2 - INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA CAPES

A importância da introdução de uma área Multidisciplinar, em 1999, nomeada a partir de 2008 como Interdisciplinar, no contexto da pós-graduação da CAPES, decorre da necessidade de se dar conta de novos problemas, de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescentes, que emergem no mundo contemporâneo, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, baseados em uma construção do saber notadamente disciplinar.

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção de conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia.

Novas formas de produção de conhecimento enriquecem e ampliam o campo da ciência moderna, pela exigência da incorporação de uma racionalidade mais ampla, que extrapola o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentação e redução de objetos, como estratégia para a geração de conhecimentos. Se o pensamento disciplinar, por um lado, confere avanços às ciências e tecnologias, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

I.3 - INTERDISCIPLINARIDADE COMO DESAFIO PARA O AVANÇO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na medida em que os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, o desafio que se coloca, do ponto de vista epistemológico, é o de identificar características e âmbito de atuação de cada uma dessas modalidades de geração de conhecimento nas diferentes áreas, assim como as suas possibilidades e limites.

A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo, porque pressupõe sua abordagem sob várias perspectivas teórico-metodológicas. **Entende-se por Multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.**

A interdisciplinaridade pressupõe uma forma de produção do conhecimento, porque ela implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias, e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos de maior complexidade. **Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.**

De uma proposta de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar, espera-se que o produto final, em geração de conhecimento e qualidade de recursos humanos formados, seja maior que a soma das contribuições individuais das partes envolvidas. Assim, a CAInter tem por perspectiva permitir que as propostas de programas encontrem espaço para avançar no sentido da interdisciplinaridade, perspectiva esta reforçada pela renomeação recente da área.

É no âmbito da interdisciplinaridade que grandes desafios epistemológicos – teóricos e metodológicos – se colocam. Daí seu papel estratégico de estabelecer uma relação entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, apresentando-se, assim, como um saber que responde aos desafios do saber complexo.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se coloca como espaço privilegiado, como decorrência de sua própria natureza transversal indicada em seu prefixo, para avançar além das fronteiras disciplinares, articulando, transpondo e gerando conceitos, teorias e métodos, ultrapassando os limites do conhecimento disciplinar e dele se distinguindo, por estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, diferentes lógicas e diferentes formas de produção do conhecimento. Assim, torna-se fundamental o diálogo da Área Interdisciplinar com as demais Áreas, bem como no próprio interior da CAInter, inspirado nos princípios da interdisciplinaridade.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

I.4 - DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS DA ÁREA INTERDISCIPLINAR

Os princípios acima esboçados, que representam um convite para o exercício de um pensamento complexo e interdisciplinar, dentro de uma racionalidade mais ampla, norteiam a constituição e a configuração da identidade da Área Interdisciplinar da CAPES. A adoção desses princípios na formação de recursos humanos pelas práticas de pesquisa, ensino e extensão coloca vários desafios a docentes e discentes desta área, alguns dos quais destacados na seqüência.

Promover a abertura para o enfrentamento de novas perspectivas teórico-metodológicas de pesquisa, ensino e inovação que conduzam para além do paradigma predominante na ciência tradicional, nas novas e atuais propostas dos programas da área.

Atender aos desafios epistemológicos que a inovação teórica e metodológica coloca nas pesquisas e no ensino interdisciplinares, o que pede diálogos cada vez mais estreitos entre disciplinas de diferentes áreas do conhecimento e das áreas entre si, assim como destas com as filosofias das ciências, em suas diferentes vertentes, promovendo crescentes trocas intersubjetivas.

Promover gradativamente a incorporação de metodologias interdisciplinares nos projetos de pesquisa dos docentes e discentes.

Atentos aos princípios que norteiam a interdisciplinaridade, reconhecer que diferentes concepções podem ser adotadas nas pesquisas e no ensino interdisciplinar, pois é possível construir significados distintos, valorizando e reconhecendo a diversidade que a área comporta.

Aprofundar as características definidoras dos conceitos de pluri, multi, e interdisciplinaridade, seus diferentes contextos teórico-metodológicos, tendo em vista suas relações e diferenciações, possibilidades e limites, a fim de melhor embasar as definições de propostas de ensino e pesquisa, suas linhas inovadoras, assim como as avaliações dos diferentes programas da Área Interdisciplinar.

Identificar canais para a intensificação do diálogo inter e intra câmaras temáticas da Área Interdisciplinar, para as trocas de experiências entre os programas e a divulgação do conhecimento interdisciplinar gerado.

Portanto, tendo em vista que um dos maiores desafios deste século é o da (re)ligação de saberes, abre-se na área interdisciplinar um espaço de inovação da organização do ensino da pós-graduação e da pesquisa no Brasil, espaço esse que induz a formação interdisciplinar e humanista dos alunos, docentes e pesquisadores, voltada à aquisição e adoção de atitude interdisciplinar em suas diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo-se aí a necessária inserção social da produção científica e tecnológica assim gerada.

Assim, a interdisciplinaridade, como forma diferenciada de produção do conhecimento, aponta para as amplas possibilidades que se abrem para práticas teóricas e



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

metodológicas, de modo que representem a identidade da Área Interdisciplinar no contexto da Pós-Graduação Brasileira.

Neste contexto, os Programas da Área exigem uma gradual adequação nos critérios para sua análise, acompanhamento e avaliação, tendo por objetivo a interdisciplinaridade como nova filosofia na produção de conhecimento e na formação de recursos humanos.

Em linhas gerais, um programa interdisciplinar caracteriza-se por: contar com corpo docente disposto a abrir as fronteiras do conhecimento, com experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades; conter proposta integradora, com poucas áreas de concentração, caracterizadas por objetivos focalizados; corpo docente, com formação disciplinar diversificada, porém coerente com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa integradores, dispostos a ampliar a base do conhecimento fora de suas respectivas áreas de especialização, visando aprofundar processos de cooperação produtivos; estrutura curricular apropriada à formação de alunos, sólida e integradora, constituída por conjunto de disciplinas coerente com as áreas de concentração, evidenciando a construção de linhas de pesquisa fundamentadas; formar profissionais com um perfil inovador; e promover a emergência de novas áreas do saber, o desenvolvimento e a inserção social do conhecimento produzido.

I.5 - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A avaliação da pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo depositadas informações para acesso público na página *web* da CAPES a cada passo do processo.

Nesse sentido, a base inicial de dados para a avaliação, retratando a situação de cada Programa de Pós-graduação, é disponibilizada publicamente na página da CAPES em Avaliação / Cadernos de Indicadores, com antecedência às datas das reuniões das Coordenações de Área. Assim, os Programas podem checar seus dados para verificar possíveis erros de processamento e fazer análises comparativas com outros Programas da mesma natureza. A base é organizada por ano e é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Programa; 2. Teses e Dissertações; 3. Produção Bibliográfica; 4. Produção Técnica; 5. Produção Artística; 6. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 7. Disciplinas; 8. Linhas de Pesquisa; 9. Projetos de Pesquisa; 10. Proposta do Programa; 11. Docente Atuação; 12. Docente Produção.

Contudo, esses são dados brutos, sendo que algumas produções podem ser excluídas na avaliação dos Programas de Pós-Graduação. A glosa dessas produções se dá, em alguns casos, por pertencerem a docentes permanentes em outros dois programas de pós-graduação, estando, portanto, em desacordo com a portaria 68/2004 da CAPES (disponível em <http://www.capes.gov.br>). A situação de cada docente de um programa em outros programas de pós-graduação pode ser verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente.

Outro motivo para a glosa é a incorporação de produção de docentes que atuam como permanentes em mais de um programa, quando essa produção é inconsistente com as



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa em foco.

Cabe ressaltar que, na Área Interdisciplinar, a Produção Intelectual, juntamente com os quesitos Corpo Docente e Corpo Discente, com os respectivos pesos de 35 %, 20 % e 35 % para os Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, e os pesos 30 %, 20 % e 30 % para os cursos de Mestrado Profissional, predominam na avaliação. Para as notas 6 e 7 é considerada ainda a inserção ou o padrão internacional do programa.

Outro aspecto de destaque é que a avaliação do desempenho do Corpo Discente tem sido cada vez mais um dos pontos cruciais na avaliação da CAPES, pois o principal produto da pós-graduação são os recursos humanos formados. A importância da avaliação da produção intelectual do Programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. É de grande relevância a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a CAInter um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Discente.

A participação discente em eventos científicos é de grande relevância para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto, entre outros fatores. No entanto, cabe ressaltar que uma medida do desempenho pleno do corpo discente repousa na co-autoria em produções de maior impacto. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram e a participação discente explícita nesses produtos, que são as produções a elas vinculadas. Por essa razão, consideram-se os trabalhos gerados por egressos até três anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses e dissertações.

A co-autoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos é um item da avaliação de programas de pós-graduação consolidados, que tenham nota 5, 6 e 7.

II. Considerações gerais sobre a Ficha de Avaliação para o Triênio 2007-2009

Na Área Interdisciplinar, os quesitos da avaliação Corpo Docente, Corpo Discente e Produção Intelectual, têm os pesos 20%, 35 % e 35 % para os Programas de Mestrado Acadêmico e Doutorado, e os pesos 20 %, 30 % e 30 % para os Cursos de Mestrado Profissional, respectivamente. Os indicadores constantes de itens da ficha de avaliação são relativos ao período de um ano. Para a avaliação trienal devem ser tomadas médias por ano correspondentes ao triênio de avaliação.

A partir da reformulação do sistema de avaliação em 1998, os conceitos básicos que caracterizam o nível de desempenho dos programas e cursos reconhecidos pelo MEC são expressos pelas notas e atributos “5” (Muito Bom), “4” (Bom) e “3” (Regular). Como requisito mínimo para ser recomendado à nota 5 pela Área Interdisciplinar o programa deverá receber



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

atributo “Muito Bom” em quatro dos cinco quesitos da Ficha de Avaliação, podendo receber o atributo “Bom” no quesito 2 (Corpo Docente) ou no quesito 5 (Inserção Social), e devendo necessariamente receber o atributo “Muito Bom” nos quesitos 1 (Proposta do Programa), 3 (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e 4 (Produção Intelectual).

Como requisito mínimo para recomendação à nota 4 o programa deverá receber atributo “Bom” nos quesitos 1 (Proposta do Programa), 3 (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e 4 (Produção Intelectual), podendo receber o atributo “Regular” nos quesitos 2 (Corpo Docente) e 5 (Inserção Social). Como requisito mínimo para a nota 3 o programa deverá receber o atributo “Regular” nos quesitos 1 a 4, podendo receber o atributo “Fraco” no quesito 5 (Inserção Social). Cursos Novos de Mestrado com menos de 30 meses, e de Doutorado com menos de 54 meses, serão avaliados no quesito 3 (Corpo Discente, Teses e Dissertações) levando em conta esse fato.

As notas “6” e “7” são reservadas para os programas enquadrados como nota “5” na primeira etapa de realização da avaliação trienal, que tenham recebido “Muito Bom” em todos os quesitos e que apresentem desempenho equivalente ao de centros internacionais de excelência, bem como se destaquem em relação aos demais programas. Os diferenciais de alta qualificação e desempenho, e de forte liderança nacional do programa envolvem: (i) Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos; (ii) Consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação; e (iii) Inserção e impacto regional e nacional do programa, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade e transparência dada à sua atuação.

Na Avaliação Trienal de 2007 a atribuição de notas 6 e 7 foi revisada por uma comissão específica designada pela CAPES, que comparou todos os programas propostos para estas notas pelas áreas de avaliação.

No item **IV - FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O TRIÊNIO 2007-2009** desse documento, é feita a apresentação dos aspectos levados em consideração para a atribuição das notas indicadas no Quadro Síntese para Definição da nota, para os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado.

III. Considerações gerais sobre o Qualis Periódicos, Roteiro para Classificação de Livros e os critérios da Área para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

III.1 - QUALIS PERIÓDICOS

A CAInter adota como definição de periódico, para efeito de classificação nos estratos A1 a B5 do sistema Qualis da CAPES, os veículos com corpo editorial reconhecido, com avaliação pelos pares, com base em pareceres *ad hoc*, e dotados de ISSN.

Classificação anterior

Historicamente, a CAInter tem adotado como critério de classificação uma hierarquia



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

que leva em consideração indexação no JCR, no SciELO e classificação em outras áreas de avaliação. Na classificação anterior, os periódicos indexados no JCR eram classificados como Internacional A, B ou C, dependendo do fator de impacto. Periódicos indexados no SciELO e não no JCR eram classificados como Nacional A. Não atendendo esses requisitos, verificava-se a classificação em outras áreas, observando a da área disciplinar onde o periódico pudesse estar melhor caracterizado, se fosse o caso, ou ponderando a nota a partir da classificação nas demais áreas.

Se o periódico não estivesse classificado em nenhuma Área e não se enquadrasse nas condições acima, verificava-se sua indexação em outras bases, sua inclusão no portal de periódicos da CAPES, se possuía corpo editorial reconhecido e corpo de consultores, se era editado por sociedade científica, editora universitária ou outra instituição, e se atendia as diretrizes da então Área Multidisciplinar, subsidiando assim a discussão plenária entre os consultores da área para classificá-lo no Qualis Nacional B ou C ou Local A, B ou C.

Nova classificação

Os novos critérios consideram sete estratos de classificação: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, e seguem a mesma hierarquia das classificações anteriores, ou seja, considera a indexação no JCR, no SciELO, a classificação nas outras áreas de avaliação, a indexação em outras bases como BIOSIS, CAB, ECONLIT, FSTA, GEOREF, INDEX-PSI, LILACS, MATHSCI, MEDLINE, MLA, PHILOSOPHER, PSYCINFO, PUBMED e SPORT DISCUS, se o periódico está no portal CAPES, se tem corpo editorial reconhecido, avaliação por pares, se é editado por sociedade científica ou instituição de ensino e/ou pesquisa. A distribuição de periódicos pelos estratos segue as orientações do Conselho Técnico e Científico.

Devido à manutenção desta hierarquia e de um número de estratos parecido, a nova classificação encontra correspondência significativa com a classificação antiga, de forma que grande parte dos periódicos considerados como Internacional A no triênio anterior estão agora no estrato A1 e dos considerados como Internacional B e C estão no estrato A2 e B1. Os classificados anteriormente como Nacional A concentram-se em B1, como Nacional B em B2 e B3, Nacional C em B4 e os Locais em B5.

A Área Interdisciplinar, pelas suas características, já considerava uma ponderação da nota nas demais áreas de forma qualitativa. A introdução dos indicadores " J^* " e " Q ", na classificação para o Novo Qualis, possibilitou tratar a normalização e a ponderação entre as áreas de avaliação de forma numérica. O indicador " J^* " é empregado na nova classificação para estratificar os periódicos que têm fator de impacto definido no JCR (*Journal of Citation Report*) do ISI (*Institute for Scientific Information*) em A1, A2 e B1. Com esse indicador, o fator de impacto de um determinado periódico é normalizado e ponderado entre as áreas de avaliação onde o periódico é considerado, conforme as equações 1 e 2 a seguir.

Os periódicos que estão no SciELO e que não são indexados pelo ISI são classificados como B1. Os demais periódicos, não indexados no JCR nem no SciELO, são distribuídos de B1 a B5, de acordo com o indicador " Q ", que é calculado pela equação 3 e pondera a avaliação de um periódico pelas demais áreas. Periódicos que não foram



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

avaliados em outras áreas, que não estão em nenhuma das bases indexadoras citadas acima, que não são editados por sociedades científicas ou instituições de ensino e/ou pesquisa, são classificados como B5. Os demais são avaliados como B2 a B4 conforme o número e importância das bases em que é indexado e a editoração, de acordo com o exposto acima. A tabela abaixo define os intervalos nos valores dos indicadores “ J^* ” e “ Q ” para a classificação em cada estrato, com os respectivos pesos.

Critérios para estruturação do Qualis Periódicos – CAInter

Estrato	Critério de classificação	Peso
A1	$J^* \geq \alpha$ ou $Q \geq 6,5$	1,0
A2	$\beta \leq J^* < \alpha$ ou $5,5 \leq Q < 6,5$	0,85
B1	$\gamma \leq J^* < \beta$ ou $4,5 \leq Q < 5,5$	0,7
B2	$J^* < \gamma$ ou $3,5 \leq Q < 4,5$	0,55
B3	$2,5 \leq Q < 3,5$	0,4
B4	$1,5 \leq Q < 2,5$	0,25
B5	$Q < 1,5$	0,1
C	---	0

Obs-1: Buscando manter a política de valorização dos periódicos constantes do SciELO, os mesmos são classificados no estrato B1 e B2, caso não atendam os requisitos para serem avaliados nos estratos A1 e A2.

Obs-2: Os parâmetros α e β são definidos de forma a atender a determinação do CTC-ES de que o povoamento acumulado dos estratos A1 e A2 não ultrapasse 25 % do total de periódicos do Qualis da Área, e que o estrato A1 deve ser menos populado que o estrato A2.

Devido às características da Área Interdisciplinar, o uso do indicador “ J^* ” possibilita melhor comparar a produção indexada no JCR em sua diversidade de Programas de Pós-graduação, em relação à aplicação direta do fator de impacto.

O indicador “ J^* ” representa uma normalização e uma ponderação para o fator de impacto “ j ” de cada periódico divulgado pelo JCR, em função das diferentes Coordenações de Avaliação (CA), e é calculado conforme apresentado a seguir:

$$\text{Normalização} \quad j_{CA}^* = \sqrt{\frac{j}{Me_{CA}}} \quad [1]$$

$$\text{Ponderação} \quad J^* = \frac{\sum_{CA} (j_{CA}^* \times \omega_{CA})}{\sum_{CA} \omega_{CA}} \quad [2]$$



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

onde Me_{CA} é a mediana dos fatores de impacto para todos os periódicos relacionados a cada Área de Avaliação, ω_{CA} é o número de artigos publicados, em cada Área de Avaliação, no periódico específico para o qual estão sendo feitas a normalização e a ponderação, e o símbolo \sum_{CA} indica o somatório de todas as CAs para as quais artigos tenham sido publicados no periódico sob análise.

Para os periódicos que não são indexados no JCR, a classificação nos estratos é realizada de acordo com o indicador “ Q ”, que corresponde a uma ponderação do parâmetro q_{CA} entre as áreas de Avaliação. O parâmetro q_{CA} de um determinado periódico é definido em uma escala de 1 a 7, com base na classificação pelos 7 estratos A1 a B5 de um periódico em uma determinada área de avaliação. Na mudança do Qualis antigo para o Novo Qualis esse parâmetro era definido em uma escala de 1 a 9, com base em sua antiga classificação pelos 9 estratos Internacional-A (IA) a Local-C (LC) em determinada Área.

A ponderação é calculada da seguinte forma:

$$\text{Ponderação} \quad Q = \frac{\sum_{CA} (q_{CA} \times \omega_{CA})}{\sum_{CA} \omega_{CA}} \quad [3]$$

A CAInter considerou a necessidade em se avaliar os periódicos dos estratos inferiores, B3 a B5, e os incluiu com peso menor. Porém, para evitar concentração da produção nesses estratos, a CAInter determinou que a contribuição B3 + B4 + B5 só seja contabilizada até o limite de 20% da produção intelectual de um Programa.

A princípio, o Qualis da Área Interdisciplinar é composto pelo Qualis de todas as áreas de avaliação, sendo, portanto, o indicador “ Q ” de grande relevância.

III.2 – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO EM LIVROS

No período relativo à Avaliação Trienal 2007, os Programas de Pós-Graduação acompanhados pela CAInter produziram 437 livros e 2749 capítulos. Esta produção massiva dificulta a análise individualizada de cada obra. Porém, no processo de avaliação é necessário considerar esta produção com o estabelecimento de critérios gerais de pontuação fundamentados na aferição de qualidade.

Ressalta-se que a produção qualificada de livros e capítulos pelos Programas da CAInter é incentivada, assim como a editoração, revisão, adaptação, versão e tradução de livros, seja de natureza acadêmica, técnica ou didática, sendo reconhecida no processo de avaliação da excelência dos Programas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

- **Critérios de seleção para qualificação na CAInter**

Serão consideradas para efeito de pontuação da produção intelectual apenas os livros e capítulos de caráter científico vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas. As obras integrais e coletâneas de caráter técnico serão computadas no item Produção Técnica. Aquelas de caráter estritamente didático e de divulgação serão computadas no item relativo ao impacto educacional do Programa.

- **Critérios de pontuação**

A pontuação de cada livro ou capítulo é calculada segundo o **Roteiro para Classificação de Livros**, aprovado pelo Conselho Técnico e Científico da CAPES, constante desse documento. O **“Instrumento para a Classificação de Livros”**, presente no referido roteiro, deverá ter suas três partes preenchidas pela Coordenação do Programa ou pelo docente autor, para todos os produtos classificados como livro ou capítulo de livro.

Pontuação atribuída a livros e capítulos

Livros com editoração	pontos
L1	25
L2	50
L3	75
L4	100
LNC	0

LNC – obras não classificadas para avaliação como livros

Capítulos de livros com editoração	pontos
C1	0,5*L1
C2	0,5*L2
C3	0,5*L3
C4	0,5*L4
LNC	0,0

LNC – obras não classificadas para avaliação como capítulos

De acordo com o exposto no Roteiro para a Classificação de Livros da CAPES, a soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral e um mesmo autor poderá pontuar no máximo dois capítulos incluídos na mesma obra. A qualidade do livro e do capítulo será considerada analisando-se o vínculo com as Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação, e a co-autoria discente, com base em teses e dissertações que se tornaram livros. Serão considerados os dados do “Instrumento para Classificação dos Livros”, aprovado pelo CTC-ES e exposto no item seguinte.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

• **Classificação de livros**

Aprovado na 111ª Reunião do CTC-ES de 24 de agosto de 2009

O propósito do Roteiro para Classificação de Livros é estabelecer critérios comuns para qualificar a produção intelectual veiculada através de livros e, a partir dele, estabelecer orientações para a avaliação trienal.

Em várias áreas de conhecimento, livros constituem modalidade de veiculação da produção artística, tecnológica e científica assim como em outras, é expressa sob a forma de artigos em periódicos. Livros constituem referências para a construção de campos de conhecimento, definindo estilos e escolas de pensamento e não se trata de situação particular da comunidade acadêmica brasileira.

No entanto, avaliar produção na forma de livros trata-se de exercício peculiar, uma vez que não existem exemplos no mundo de países que classifiquem livros.

A avaliação de livros comporta singularidades face aos periódicos. Nestes, a qualidade da produção pode ser inferida, a priori, a partir de indicadores de circulação e impacto consolidados em bases e indexadores reconhecidos. Estes indicadores expressam a qualidade do veículo (periódico ou revista científica) depois de ter havido avaliação qualitativa de obra ou autor, cujos textos, dados, metodologias e contextualização são previamente examinados quando do julgamento do artigo pelos pares. Essas características permitem alcançar critérios considerados universais, aplicáveis às áreas para as quais esses indicadores sejam habitualmente calculados e empregados.

No caso dos livros, essas características estão ausentes. Como os artigos, os livros são eventos únicos. Porém, não há, até o presente, bases bibliométricas e indexadores consensuais equivalentes aos adotados para os periódicos. Por exemplo, o ISI – Institute for Scientific Information – registra citações de livros nos artigos publicados em sua base. Embora importante essa informação é insuficiente, pois tais registros não receberam, até agora, um tratamento cientométrico próprio e adequado. Como essa base não indexa livros, ela deixa à margem as citações entre livros tanto quanto as citações de artigos em livros. Assim, avaliar a produção intelectual dos programas veiculada por meio de livros requer o desenvolvimento de critérios próprios e de novos instrumentos.

No âmbito das avaliações trienais é certo que não poucas áreas, para as quais livros constituem produção significativa e relevante, já vinham aplicando diferentes estratégias de avaliação. Inspiradas ou não nos procedimentos de classificação de periódicos tem se buscado qualificar os por critérios de circulação, gestão editorial, impacto na área entre outros. O desafio presente é tornar estes procedimentos mais uniformes entre as áreas, mais objetivos para as instâncias de avaliação da CAPES e transparentes para a comunidade científica e acadêmica da pós-graduação, sempre reconhecendo as limitações deste roteiro no seu atual estágio de elaboração.

Em síntese, trata-se de um processo em construção tal como aconteceu com o Qualis Periódicos, o qual despendeu mais de uma década para que se alcançasse o estágio



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

atual de reconhecimento e ainda necessita contínuas e necessárias alterações.

Este roteiro consolida discussões nas áreas e em nível de CTC-ES, em especial ocorridas desde o início do ano de 2008, estabelecendo critérios e procedimentos comuns para a qualificação de livros. Como no caso do Qualis Periódicos cabe enfatizar que as orientações e critérios deste roteiro foram estabelecidos visando exclusivamente à avaliação da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, portanto, são inadequadas para avaliações individuais de professores, pesquisadores e alunos.

Na sequência são apresentados critérios e procedimentos inerentes à classificação de livros.

(1.) Definição de Livro:

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

(2.) Critérios de seleção para qualificação, propostos pelas diferentes áreas:

Independentemente das áreas, a avaliação de livros será aplicada exclusivamente para classificação da produção intelectual que resulte de investigação nas suas diferentes modalidades. Para efeito desse roteiro deverão ser consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias, anais (texto completo) desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

Convém observar que o quesito IV – Produção Intelectual – da Ficha de avaliação, inclui, além da produção científica, a produção técnica e a artística. Os critérios definidos para a avaliação dos livros com conteúdo científico, poderão ser aplicados a estas outras modalidades de produção conforme decisão das áreas. No entanto, os resultados dessas avaliações serão computados nos itens correspondentes (4.3 e 4.4.) em separado da produção científica.

(3.) Instrumento de Avaliação

Parte I: Dados de Identificação da Obra

Os dados de identificação da obra deverão ser preenchidos para todos os produtos classificados como livro e elegíveis para qualificação, segundo o critério adotado em cada área da avaliação.

A identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica, incluindo os códigos decimais digitais universais para permitir a classificação por área temática. A critério das áreas, outras informações podem ser acrescentadas, conforme exemplo apresentado abaixo. De qualquer modo, as informações catalográficas terão por finalidade a composição de listagem de todos os eventos a serem avaliados.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

Parte II: Avaliação pela Comissão de classificação de Livros

A avaliação dos livros deve ser preenchida tendo em mãos o exemplar do produto a ser qualificado para que o exame, pela Comissão, de suas características formais e de conteúdo, possa permitir o correto preenchimento do instrumento.

A avaliação poderá contemplar as características particulares de cada área de modo a observar os dados mínimos para classificação do produto como livro, os aspectos formais da obra e o tipo e natureza do texto

Dados mínimos:

Compreendem esses requisitos obrigatoriamente o ISBN ou ISSN, dados equivalentes ao da ficha catalográfica, número mínimo de 50 páginas e autoria por docente e/ou discente de programa de pós-graduação.

Aspectos formais:

Compreende características de autoria, editoria bem como informações adicionais sobre fontes de financiamento, reedição, prêmios etc. As informações adicionais correspondem a aspectos que podem valorizar a obra. Não são porém itens obrigatórios da avaliação.

Tipo e natureza do texto:

Considerada a natureza científica, esse requisito prevê seu detalhamento bem como o tipo de obra avaliada (obra integral, coletânea, tratado, dicionário, enciclopédia etc.).

Parte III: Avaliação do conteúdo da obra

A avaliação de conteúdo será baseada em três quesitos: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto.

São sugeridos para avaliar os requisitos relevância, inovação e potencialidade de impacto, os seguintes pontos:

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS			
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA			
Título da Obra:			
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):			
ISBN:			
Editora:			
Local da edição (cidade/país):			
Número de Páginas:			
Ano da primeira edição:			
Número e ano da edição enviada:			
Tiragem:			
Formato (impresso ou eletrônico):			
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):			
Número de capítulos da coletânea:			
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo: 1)			
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:			
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)			
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.) :			
Parte II: ASPECTOS FORMAIS			
1. AUTORIA		Pontos no item	Pontuação da obra analisada
Única			
Docentes do programa e de outras instituições no país sem participação discente			
Docentes do programa e de outras instituições no país com participação discente			
Docentes do programa e de outras instituições no exterior sem participação discente			
Docentes do programa e de outras instituições no exterior com participação discente			
Docentes do programa apenas			
Docentes e discentes do programa			
Discentes do programa apenas			
Discente com participação de discentes de outros programas			
2. EDITORIA			
Editora com catálogo de publicações na área			
Editora brasileira, universitária, filiada à ABEU			
Editora brasileira, universitária, não filiada à ABEU			
Editora comercial com distribuição nacional			
Editora comercial com distribuição nacional e tradição			



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

de publicação na área		
Editora universitária estrangeira		
Editora comercial estrangeira		
Editora comercial estrangeira com tradição de publicação na área		
Conselho editorial ou revisão por pares		
Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias		
Coleção		
2ª Re-edição		
3ª Re-edição		
4ª Re-edição ou mais		
Contém informações sobre os autores		
3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS		
Publicação em idioma estrangeiro		
Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais		
Re-impressão		
Tipo da obra, natureza do texto e vínculo com o programa		
1.) VÍNCULO		
À linha de pesquisa (projeto de pesquisa específico)		
À linha de pesquisa apenas		
À área de concentração, mas não a uma linha de pesquisa particular		
À área do conhecimento, mas não a uma área de concentração do programa		
2.) TIPO DE OBRA E NATUREZA DO TEXTO		
Obra completa		
Coletânea		
Dicionário / verbete		
Anais de congresso		
PONTUAÇÃO TOTAL		
Parte III: AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO CONTEÚDO		
Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; Rigor científico (estrutura teórica); Precisão de conceitos, terminologia e informações; Senso crítico no exame do material estudado; Bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; Qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.		



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

<p>Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; Caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; Contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas.</p>
<p>Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele.</p>
<p>Obs: Cada área elaborará seu próprio instrumento contendo essas três partes e tendo este modelo como base podendo acrescentar ou suprimir itens de avaliação. Este instrumento deverá fazer parte do documento de área.</p> <p>4. Classificação nos estratos</p> <p>A classificação dos livros nos níveis L1 a L4 será estabelecida pela pontuação atribuída pelas áreas aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo.</p> <p>Além dos quatro estratos que serão utilizados para estabelecer pontos na avaliação da produção intelectual dos programas, deve estar previsto um estrato LNC - sem pontuação - para aquelas obras consideradas não classificáveis pelas comissões de avaliação.</p> <p>Os estratos superiores da classificação – L3 e L4 – são reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores.</p> <p>Convém observar, uma vez mais, que os capítulos serão considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados. A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral para fins de avaliação da produção do programa. Assim, um mesmo autor poderá pontuar no máximo 2 capítulos incluídos na mesma obra.</p> <p>A área enfatiza que não existe qualquer relação entre as classificações de periódicos e livros descritas nas tabelas acima e, portanto, não existe qualquer correspondência ou equivalência entre as pontuações das mesmas.</p> <p>III.3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIS EVENTOS</p> <p>A CAInter considera de grande importância a participação discente e docente em congressos, mas desde a sua criação não utiliza as publicações em eventos científicos diretamente no cômputo da produção intelectual do Corpo Docente. De fato este tipo de produção já é considerado pela CAInter na avaliação do quesito Corpo Discente, por entender que o objetivo central da pós-graduação é a formação de recursos humanos de elevada qualificação, e a exposição direta ao ambiente de troca de idéias proporcionado por um evento científico é um instrumento imprescindível nesta formação.</p> <p>Por ser este ano, 2009, o último Ano Base para a Avaliação Trienal 2010, bem como por ter dedicado esforços concentrados na elaboração da nova base Qualis Periódicos no período de 2008 a 2009, a CAInter optou por continuar não considerando as publicações em congressos para a Avaliação Trienal, que será realizada em 2010, para efeito de pontuação</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

da produção intelectual do Corpo Docente.

Ao longo de 2009 e 2010 serão realizadas discussões e contatos com a comunidade científica de forma a tomar decisões e empreender ações que possam levar à estruturação de um Qualis Eventos. Uma parte essencial desta iniciativa estará relacionada ao estabelecimento de indicadores objetivos que permitam estruturar de forma adequada esta base de dados. Por exemplo, como um primeiro conjunto de indicadores podem ser citados: (i) tempo de existência do evento; (ii) frequência de realização do evento; (iii) abrangência do evento (local, regional, nacional e internacional); (iv) relevância e atualidade da temática do evento, bem como a sua aderência aos Programas de Pós-Graduação avaliados pela CAInter; (v) existência de um corpo de revisores reconhecidos em suas áreas de atuação; (vi) apoios dos órgãos de fomento; e (vii) organização por sociedades científicas reconhecidas em suas áreas de atuação.

A partir da estruturação do Qualis Eventos poderá então no futuro vir a ser contabilizada a publicação em eventos científicos na produção intelectual do Corpo Docente. Porém, por considerar que uma medida do desempenho pleno do programa se dá pela existência de um ambiente de elevado nível científico, e que este se reflete nas produções de maior impacto, como a publicação em periódicos, livros e capítulos de livros, deve ser atribuído um peso menor às publicações em congressos, bem como um valor limite neste item para a composição final do indicador relativo à produção intelectual do Corpo Docente.



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

IV – FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O TRIÊNIO 2007-2009

Quesitos / Itens	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	(Peso do quesito: 0%)
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular. (Peso do item no quesito: 70%)	Além do exposto em cada item, avalia-se qualitativamente a coerência e a atualidade da Proposta do Programa. Ainda que não componha a nota final, este quesito constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro, dando, portanto, maior responsabilidade à sua apresentação. Neste quesito avalia-se também a adequação do Programa às diretrizes de interdisciplinaridade em conformidade com os conceitos definidos no Documento de Área da CAInter. É avaliado se o Programa incorpora a interdisciplinaridade como método de produção do conhecimento, a exequibilidade e potencial de sua consolidação. Da mesma forma verifica-se a abrangência multi & interdisciplinar da estrutura curricular e a adequação da infraestrutura para ensino e pesquisa interdisciplinares, dentre outros aspectos.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área. (Peso do item no quesito: 10%)	Entende-se por Multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.
1.3. Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão. (Peso do item no quesito: 20%)	De uma proposta de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar, espera-se que o produto final, em geração de conhecimento e qualidade de recursos humanos formados, seja maior que a soma das contribuições individuais das partes envolvidas.
2 – Corpo Docente	(Peso do quesito: 20%)
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa. (Peso do item no quesito: 30%)	São observados: a participação de docentes permanentes bolsistas do CNPq; a diversidade de instituições onde os docentes permanentes concluíram o doutorado; o apoio a projetos por órgãos de fomento; a distribuição do corpo docente pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta; o grau de inter-multidisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa. Indicador de Formação Docente IndFor (%) = (Form1 + Form2 + Form3) / 3 Form1 = (A / B) × 100 % A = Número de docentes permanentes que são bolsistas do CNPq B = Número total de docentes permanentes Form2 = (C / D) × 100 % C = Número de instituições onde os docentes permanentes



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

	<p>concluíram o doutorado D = Número total de docentes permanentes $\text{Form3} = (E / F) \times 100 \%$ E = Número de docentes permanentes com projetos apoiados por órgãos de fomento F = Número total de docentes permanentes</p> <p>Indicador do Grau de Multidisciplinaridade, Compatibilidade e Integração do Corpo Docente com a Proposta do Programa - especialidade e adequação em relação à Proposta do Programa. A formação do corpo docente deve ser bem distribuída pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p> <p>(Peso do item no quesito: 50%)</p>	<p>A CAInter sugere que os programas sejam compostos com um mínimo de 12 docentes permanentes; que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro; que a dedicação às atividades de pesquisa e formação no programa seja em média de 20 horas semanais; e que o número médio de orientandos por docente permanente não seja superior a oito.</p> <p>Indicador de Adequação do Corpo Docente $\text{IndAde} = (\text{Ade1} + \text{Ade2} + \text{Ade3}) / 3$ $\text{Ade1} = (A / B) \times 100$ A = Número de docentes permanentes B = Número total de docentes $\text{Ade2} = (C / D) \times 100$ C = Carga horária total dos docentes permanentes dedicada ao programa de pós-graduação em avaliação D = Número total de docentes permanentes \times 40 h $\text{Ade3} = (E / F)$ E = Número total de orientandos dos docentes permanentes (considerando todos os programas em que estes docentes participam) F = Número de docentes permanentes orientadores Obs.: De acordo com a portaria 068/2004 o docente permanente é aquele que esteja desempenhando as três atividades: (i) orientação; (ii) pesquisa; e (iii) docência.</p> <p>Indicador de Dedicção Docente $\text{IndDoc} = (\text{Doc1} + \text{Doc2}) / 2$ $\text{Doc1} = (A / B)$ A = Número de disciplinas ministradas na pós-graduação pelos docentes permanentes B = Número de docentes permanentes $\text{Doc2} = (C / D)$ C = Número de docentes permanentes que ministraram disciplinas D = Número total de docentes permanentes</p> <p>A atuação docente em atividades de pesquisa é avaliada levando em consideração a liderança de projetos, e sua relevância nos níveis regional, nacional e internacional, bem como impacto na formação de recursos humanos e aderência à proposta do programa.</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p> <p>(Peso do item no quesito: 10%)</p>	<p>É observado se as atividades de orientação e a carga horária em disciplinas estão bem distribuídas pelo quadro de permanentes; e se todos os docentes do programa estão envolvidos em atividades de pesquisa.</p> $\text{MedDis} = A / B$ <p>A = Número de disciplinas ministradas pelos docentes permanentes no programa B = Número total de docentes permanentes</p> $\text{IndDist} = (C / D) \times 100$ <p>C = Número de docentes permanentes com um número de disciplinas ministradas na faixa de 70 % a 130 % da média MedDis D = Número total de docentes permanentes</p> $\text{IndPer} = (E / F) \times 100$ <p>E = Número de docentes permanentes que atuaram nas três atividades: (i) orientação; (ii) ministrando disciplinas; e (iii) participação em projetos de pesquisa F = Número total de docentes permanentes</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p> <p>(Peso do item no quesito: 10%)</p>	<p>Quando é o caso, observa-se o tempo médio semanal dedicado à disciplinas da graduação e o número de docentes permanentes que atuam nessas disciplinas, a participação discente de graduação em projetos e na produção do programa, a existência de fomento institucional de bolsas de iniciação científica e/ou tecnológica e a presença de bolsistas dessas modalidades no programa.</p> $\text{IndGrad} = (\text{Grad1} + \text{Grad2} + \text{Grad3}) / 3$ $\text{Grad1} = (A / B) \times 100$ <p>A = Carga horária total de aula dos docentes permanentes na pós-graduação B = Carga horária total de aula dos docentes permanentes</p> $\text{Grad2} = (C / D) \times 100$ <p>C = Tempo médio semanal, por docente, de aula na graduação e na pós-graduação D = 40 h</p> <p>Obs: Para instituições que não tenham curso de graduação deve-se considerar C = 2,0 X tempo médio, por docente, de aula de pós-graduação.</p> $\text{Grad3} = (E / F) \times 100$ <p>E = Número de docentes permanentes que ministraram aulas na graduação e na pós-graduação F = Número total de docentes permanentes</p> <p>Para Instituições que não tenham curso de graduação o indicador será modificado para:</p> $\text{IndGrad} = (\text{Grad2} + \text{Grad3}) / 2$
<p>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</p>	<p>(Peso do quesito: 35%)</p>
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>São verificados os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período e sua proporção em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente.</p> $\text{IndOri} = (A + 2 B) / C$



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

(Peso do item no quesito: 15%)	A = Número de dissertações defendidas e aprovadas B = Número de teses defendidas e aprovadas C = Número total de docentes permanentes
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa. (Peso do item no quesito: 20%)	Observa-se o número de orientadores do quadro permanente com teses e/ou dissertações defendidas no período e o número total de alunos matriculados no programa, em relação ao número total de docentes permanentes. Norient = A / B A = número de orientadores do quadro permanente com teses ou dissertações defendidas no período B = número total de docentes permanentes IndRel = A / B A = Número total de alunos regulares do programa (total no início do Ano Base, incluídos os Alunos Novos) B = Número total de docentes permanentes DistOri = (E / F) x 100 E = Número de docentes permanentes com um número de orientandos na faixa de 70 % a 130 % do indicador IndRel F = Número total de docentes permanentes Pela Portaria CAPES 068/2004 todos os docentes permanentes devem estar orientando.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área. (Peso do item no quesito: 50%)	Verifica-se a proporção de discentes da pós-graduação que são autores de artigos completos em periódicos ou em eventos científicos relevantes, e também de livros ou capítulos de livros e de produção tecnológica/artística relevante; incluindo o egresso da pós-graduação com até três anos de conclusão do curso. Outros aspectos, como a participação discente da graduação na produção intelectual, qualidade das bancas examinadoras e o vínculo das teses e dissertações às áreas de concentração e linhas de pesquisa também são observados. IndAut (%) = (A / B) x 100 % A = Número de discentes da pós-graduação autores de artigos completos em periódicos ou em eventos científicos relevantes, livros ou capítulos de livros e produção tecnológica/artística relevante B = Número total de alunos da pós-graduação IndQual = A / IndOri A = produção intelectual média por docente permanente com participação discente de pós-graduação, incluindo o egresso até três anos após a conclusão do curso.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados. (Peso do item no quesito: 15%)	São considerados a proporção de bolsistas que concluíram suas teses e dissertações e o tempo médio de titulação de bolsistas e não bolsistas. IndEfi = (Efi1 + Efi2 + Efi3 + Efi4 + Efi5 + Efi6) / 6 Efi1 = 2 x (A / B) A = Número de alunos de mestrado bolsistas que concluíram a



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

	<p>dissertação B = Número total de alunos de mestrado bolsistas $Efi2 = 4 \times (C / D)$ C = Número de alunos de doutorado bolsistas que concluíram a tese D = Número total de alunos de doutorado bolsistas Efi3 = Tempo médio de titulação dos bolsistas de mestrado (meses) Efi4 = Tempo médio de titulação dos bolsistas de doutorado (meses) Efi5 = Tempo médio de titulação dos alunos de mestrado não bolsistas (meses) Efi6 = Tempo médio de titulação dos alunos de doutorado não bolsistas (meses)</p> <p>O cálculo do indicador IndEfi deverá ser ajustado consistentemente de forma a considerar programas que tenham apenas o Mestrado Acadêmico ou apenas o Doutorado.</p>
4 – Produção Intelectual	(Peso do quesito: 35%)
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p> <p>(Peso do item no quesito: 60%)</p>	<p>É calculada a média anual sobre a produção em periódicos no Sistema Qualis da Área Interdisciplinar, mais a produção em livros e capítulos de livro, multiplicados pelos respectivos pesos, por docente permanente:</p> $\text{IndProd} = (1,0 \cdot A1 + 0,85 \cdot A2 + 0,7 \cdot B1 + 0,55 \cdot B2 + 0,4 \cdot B3 + 0,25 \cdot B4 + 0,1 \cdot B5) / (\text{docente permanente})$ <p>A área poderá considerar, ao computar este índice (IndProd) na avaliação trienal, um fator de correção de modo a incluir no mesmo a produção em livros e capítulos de livros, além da produção tecnológica e artística." CAInter determina como requisito mínimo para um curso candidatar-se a nota 5, que a média anual da produção calculada pelo indicador IndProd seja de 1,2. Não atingindo este índice, caso a média anual da produção calculada pelo indicador IndProd seja maior ou igual a 0,8, o curso é candidato à nota 4. Não atingindo este último índice, caso o indicador IndProd seja maior ou igual a 0,5 o curso é candidato à nota 3.</p> <p>Para evitar concentração da produção nos estratos B3, B4 e B5, a CAInter determinou que a contribuição B3 + B4 + B5 só seja contabilizada até o limite de 20% do total de produção que compõe o indicador IndProd.</p> <p>A produção em livros e capítulos, quando contabilizada no indicador IndProd, será considerada multiplicando-se os pontos atribuídos à obra, definidos na tabela abaixo, por 0,02. A pontuação de cada livro ou capítulo é calculada segundo o Roteiro para Classificação de Livros, aprovado pelo Conselho Técnico e Científico da CAPES, constante desse documento.</p> <p>O “Instrumento para a Classificação de Livros”, presente no referido roteiro, deverá ter suas três partes preenchidas pela Coordenação do Programa ou pelo docente autor, para todos</p>



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

	<p>Pontuação atribuída a livros e capítulos</p> <table border="1"><thead><tr><th>Livros com editoração</th><th>pontos</th></tr></thead><tbody><tr><td>L1</td><td>25</td></tr><tr><td>L2</td><td>50</td></tr><tr><td>L3</td><td>75</td></tr><tr><td>L4</td><td>100</td></tr><tr><td>LNC</td><td>0</td></tr></tbody></table> <p>LNC – obras não classificadas para avaliação como livros</p> <table border="1"><thead><tr><th>Capítulos de livros com editoração</th><th>pontos</th></tr></thead><tbody><tr><td>C1</td><td>0,5*L1</td></tr><tr><td>C2</td><td>0,5*L2</td></tr><tr><td>C3</td><td>0,5*L3</td></tr><tr><td>C4</td><td>0,5*L4</td></tr><tr><td>LNC</td><td>0,0</td></tr></tbody></table> <p>LNC – obras não classificadas para avaliação como capítulos</p> <p>A soma de capítulos na mesma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral.</p>	Livros com editoração	pontos	L1	25	L2	50	L3	75	L4	100	LNC	0	Capítulos de livros com editoração	pontos	C1	0,5*L1	C2	0,5*L2	C3	0,5*L3	C4	0,5*L4	LNC	0,0
Livros com editoração	pontos																								
L1	25																								
L2	50																								
L3	75																								
L4	100																								
LNC	0																								
Capítulos de livros com editoração	pontos																								
C1	0,5*L1																								
C2	0,5*L2																								
C3	0,5*L3																								
C4	0,5*L4																								
LNC	0,0																								
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. (Peso do item no quesito: 40%)	A produção em periódicos no sistema Qualis da Área Interdisciplinar, deve estar homogeneamente distribuída por pelo menos 50% do quadro docente permanente.																								
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	Avalia-se a produção tecnológica comprovada na forma de patente concedida, patente licenciada, software registrado, e produto e processo tecnológicos registrados. Considera-se o vínculo com a Proposta do Programa, com suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a co-autoria discente (teses e dissertações que geraram esses produtos). A CAInter considera que a avaliação de patentes deva enfatizar o benefício que as mesmas estão trazendo para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, no contexto do programa. Quando pertinente, a produção considerada neste item poderá compor o índice de produção IndProd, no item 4.1."																								
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	Quando é o caso, e não se aplicam os indicadores acima, a produção artística é avaliada qualitativamente. Quando pertinente, a produção considerada neste item poderá compor o índice de produção IndProd, no item 4.1."																								
5 – Inserção Social	(Peso do quesito: 10%)																								
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa. (Peso do item no quesito: 40%)	São observados os impactos educacional, social, cultural e tecnológico/econômico do programa, bem como o impacto das teses e dissertações na inserção dos egressos no mercado de trabalho, inserção de produtos, processos, serviços nas comunidades, e a capacidade de atração de candidatos de diversas regiões do país.																								



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa,	Avalia-se a existência de intercâmbios, parcerias, projetos de cooperação e produção conjunta com outros programas e centros de pesquisa, e ainda a mobilidade discente e docente nacional e internacional
---	--



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. (Peso do item no quesito: 40%)	
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação. (Peso do item no quesito: 20%)	São verificadas as garantias de amplo acesso às Teses e Dissertações. Sugere-se a manutenção de uma página web atualizada do programa, com informações acessíveis para o público em geral, contendo um resumo de sua proposta, suas linhas de atuação, áreas de concentração, linhas de pesquisa, grade curricular e lista de produções. Sugere-se a disponibilização de material didático e de divulgação científica na página do programa.

V. Considerações e definições sobre atribuição de notas 6 e 7 – inserção internacional

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para programas com doutorado, classificados com nota 5 na primeira etapa de realização da avaliação trienal, e que necessária e obrigatoriamente apresentem desempenho equivalente ao de centros internacionais de excelência da área, e tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

O programa candidato à nota 6 ou 7 deverá atingir excelência nos cinco quesitos da Ficha de Avaliação de Programas da CAPES e apresentar:

- nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos;
- consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para pesquisa e pós-graduação e não apenas como importante centro de produção de pesquisa;
- liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa;
- inserção e impacto regional e nacional, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência na sua atuação.

As características que contribuem para conferir os graus de excelência pretendidos nos programas envolvem questões como as abordadas a seguir.

Com relação à internacionalização, além dos parâmetros de produção, os programas devem demonstrar, principalmente com relação ao seu corpo docente permanente, a proporção de docentes participando como visitantes em programas de IES estrangeiras; a proporção de docentes com estágio pós-doutoral em IES estrangeiras: a recepção de professores visitantes estrangeiros no triênio; o intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo através de bolsas-sanduíche; a orientação de alunos de origem estrangeira no programa; a participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional; o financiamento internacional de atividades de pós-graduação; a participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional; a participação em diretorias



DOCUMENTO DE ÁREA 2009

de associações científicas internacionais; a participação em projetos de pesquisa envolvendo grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

Quanto à liderança na área, os programas devem demonstrá-la por meio de atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países; da proporção de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES e de agências de fomento internacionais e nacionais; das premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes, que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; da proporção de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; da participação de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional nas áreas associadas aos programas, em especial da educação, saúde e ciência e tecnologia.

Com relação à nucleação, os programas devem demonstrar a participação de egressos em atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; em atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; em atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação.

No que se refere à solidariedade, os programas devem demonstrar sua cooperação com programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não tem curso de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de projetos como Minter, Dinter, Casadinho, Procad ou associação com IES para promover a criação e consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; de assessoria para a formulação de propostas de cursos novos; de participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados; de participação em disciplinas, seminários e oficinas em outros cursos de pós-graduação; de parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação; de participação em cursos em associação ampla.